



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682080 - SP (2021/0230785-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADOS : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639
ANA BEATRIZ DE CASTRO LAUDINO - SP447792
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VALTER CORREIA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de VALTER CORREIA LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n.º 0005348-38.2017).

O paciente, por infração ao artigo 180, § 1.º, do Código Penal, foi condenado à pena de sete anos de reclusão, no regime inicial fechado, e vinte e três dias-multa, no valor unitário de cinco salário mínimos.

No que é essencial, sustenta o impetrante que, *em sede de Apelação, a pena-base foi redimensionada, restando fixada em 04 (quatro) anos e 01 (um) mês. No entanto, manteve-se o regime prisional fechado (...). Ocorre que, o Paciente permaneceu recluso em regime fechado cautelarmente por mais de 01 ano e 03 meses – do dia 03/07/17(flagrante) ao dia 30/10/18 – e, após, em recolhimento domiciliar noturno por mais de 02 anos e 04 meses – do dia 30/10/18 ao dia em que fora proferido o acórdão impugnado (09/03/21) –, tempo este que deveria ter sido computado/detraído da pena fixada para fins de determinar o regime prisional. Logo (...), verifica-se totalmente arbitrário manter o Paciente em regime fechado, ante ao tempo de pena cumprido cautelarmente e o quantum fixado, tendo a Corte de Apelação inobservado o disposto no art.33, §§ 2º e 3º, do CP e art.387, §2º, do CPP.*

Neste writ, o impetrante busca o reconhecimento da detração penal ante a sua submissão a medidas cautelares quando da tramitação da *actio* penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENAS EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.

CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. *A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.* 4. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020).

Por outro lado, como se verifica, a decisão hostilizada pelo writ não padece de qualquer ilegalidade e está devidamente fundamentada, tendo seu prolator especificado, de forma clara e precisa, as razões de seu convencimento. Por isso, não é passível de revisão nesta sede e deve ser atacada por intermédio do recurso adequado, em cujo âmbito a questão pode ser examinada com amplitude.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não restou demonstrada de plano a alegada evidente ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência